

Para Conselho do CIMI  
Aos cuidados do Secretariado  
Brasília DF

Cuiabá, 08 de março de 1984

ASSUNTO: PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA EQUIPE ASSESSORA PARA ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Prezados amigos.

Fiquei encarregado pelos participantes do II Encontro de Educação realizado em Fátima MT no último mês de fevereiro, de apresentar ao Conselho do CIMI a proposta de ser criada uma equipe de assessoria específica para assuntos educacionais.

Fiquei de entrar em contato inicialmente com o secretariado pedindo um espaço para a apresentação do assunto na próxima reunião do Conselho.

Posteriormente estivemos debatendo em Cuiabá e achamos melhor apresentar a nossa proposta em forma de esquema preliminar ao secretariado para que este enviasse aos Regionais para um estudo já em cada região em vistas de um maior aprofundamento por ocasião do Conselho.

A necessidade de uma assessoria apareceu fortemente em nosso Encontro, quando debatíamos a questão da oficialização das escolas. Notamos que é um assunto deveras sério e que não tínhamos clareza sobre o tema, seus prós e contras etc, ou mesmo qualquer diretriz mais aprofundada sobre o rumo a ser tomado nestes casos.

Em forma de tópicos, a problemática que apareceu foi a seguinte:

- a) Precisamos aprofundar a filosofia da educação alternativa;
- b) Precisamos relacionar a filosofia de educação alternativa com os conteúdos curriculares ministrados. Ou: perceber a relação existente entre a nossa teoria (alternativa) e a nossa prática concreta (estudo de matemática, história, geografia, etc).
- c) Precisamos socializar os resultados das diversas práticas.
- d) Precisamos debater a elaboração dos currículos (o que é apresentado; como é apresentado; para quem é apresentado, etc).
- e) Precisamos rever a nossa prática e detectar o que é "alternativo", e qual a margem de possibilidades de efetivarmos na realidade uma ação alternativa.
- f) Qual é o espaço político da escola?
- g) O que se fará no futuro na "educação alternativa" (estamos apenas no início).

2. A questão da oficialização das escolas:

- a) Há muitas exigências dos índios para que as escolas sejam oficiais.
- b) Nas escolas oficiais (FUNAI, Salesianos, etc) como está sendo a prática.
- c) A atenção para o momento conjuntural:

- c' - o que se sabe sobre a nova legislação do MEC para as escolas.
- c'' - o que se sabe sobre as implicações do novo Código Civil no que se refere ao índio e a educação.
- c''' - o que se sabe sobre os novos convênios FUNAI, MEC etc.

Diante deste quadro de questões e constatações, julgamos oportuno que se forme inicialmente um grupo de trabalho para a próxima formação de uma assessoria que possa estudar esta problemática, atenta aos aspectos antropológicos, político-pedagógicos, legislativos, linguísticos, etc.

### 3. Forma de encaminhamento:

Pensamos que o Secretariado deverá encabeçar o encaminhamento, dando atenção a:

- a) contactar pessoas, peritos para um encontro de consulta, sugestões, dimensionamento da questão, etc.
- b) Entrar em contato com outras experiências no setor de educação alternativa e indígena tanto no Brasil como na A. Latina.
- c) Propôr elaboração e publicação (pelo Porantim) de matérias, etc sobre a problemática.

Em cada regional poderá ser feito um levantamento de pessoas interessadas no assunto, de peritos etc, em vista de um próximo engajamento concreto no trabalho.

Cuiabá, 8/3/84



Darci Secchi

Pelos participantes.